



Fls. 139

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA ATA N.º 7 DE 30/09/2022

No dia 30 de setembro de 2022, reuniu, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.
2. Votação da ata da reunião ordinária de 22 de junho de 2022.
3. Assuntos gerais de interesse municipal.
4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

Período de Intervenção do Público

5. Intervenção do Público

Período da Ordem do dia

6. Apreciação e deliberação - Proposta de Criação da Freguesia de Sobrado e da Freguesia de Bairros, através da desagregação da União de Freguesias de Sobrado e Bairros.
7. Apreciação e deliberação - Proposta de Criação da Freguesia de Raiva, da Freguesia de Pedorido e da Freguesia de Paraíso, através da desagregação da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso.
8. Descentralização de competências no domínio da educação – Contratos interadministrativos de delegação de competências – Ano letivo 2022/2023.
 - 8.1. Apreciação e deliberação - Proposta de celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências com os Agrupamentos de Escolas de Castelo de Paiva;
 - 8.2. Apreciação e deliberação - Minutas dos contratos.
9. Apreciação e deliberação – Proposta de Constituição de Associação de Direito Privado – Douro, Tâmega e Sousa Invest.



10. Apreciação e deliberação - Certificação Legal de Contas nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Exercícios Económicos 2022/2023/2024 – Nomeação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

11. Apreciação e deliberação - Relatório de execução orçamental do 1.º Semestre de 2022.

12. Apreciação e deliberação - Proposta de Alteração do PDM - Artigo 118º - Prorrogação de prazo.

13. Apreciação e deliberação – Plano Municipal para a Igualdade de Género.

14. Apreciação e deliberação – Relatório de diagnóstico da Igualdade de Género e não discriminação.

15. Apreciação e deliberação – Criação de Comissão para “Apreciação de Proposta de Alteração ao Regimento”

16. Informação para apreciação e conhecimento da AM:

16.1. Compromissos Plurianuais – 2.º Trimestre de 2022.

16.2. Segunda correção material ao PDM – Plano Diretor Municipal.

16.3. Primeira alteração carta perigosidade incêndio rural.

Período de Intervenção do Público

17. Intervenção do Público.

Mesa:

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira

Primeiro Secretário: Cristiana Sofia Martins Vieira, em exercício

Segunda Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

Membros Eleitos presentes na sessão:

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPSD);
- José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus (GMPS);
- Cristiana Sofia Martins Vieira, em substituição de Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPSD);
- Manuel António da Rocha Pereira (GMPS);



Fls. 140

- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMMPM);
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPSD);
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPS);
- Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPSD);
- Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);
- António Luis da Costa Esteves (GMPSD);
- Rodrigo António Joaquina Pereira, em substituição de Sílvia Raquel Amaral da Cruz (GMMPM);
- António da Silva Pinto (GMPS);
- Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPSD);
- Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);
- Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);
- José Carlos Vieira Tavares, em substituição de Manuel José Soares Marçal (GMPSD);
- João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);
- Ângelo Soares Fernandes (GMPS);
- João Fernando Damas Cardoso, em substituição de Inês Duarte da Silva Martins (GMPSD);
- José Vieira Gonçalves (GMPS).

Faltou: António Luis da Costa Esteves (GMPSD), por motivo justificado.

Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:

- António da Costa e Cunha (GMPSD);
- Pedro Miguel de Jesus Mendes, em substituição do Presidente da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso (GMPS);
- José António de Sousa Teixeira, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia (GMPS);
- José da Rocha e Silva, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia (GMPSD);
- Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPSD);
- Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMPM).



Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

Vereadores: Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, António dos Santos Rodrigues, Vitor Manuel Quintas Pinho e Ricardo Jorge Martins Alves.

Verificada a existencia de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 20:35 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- Manuel José Soares Marçal, eleito pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituído pelo membro José Carlos Vieira Tavares, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.
- Pedro Maldonado Martins de Carvalho, eleito pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituído pelo membro Cristiana Sofia Martins Vieira, de acordo com o estipulado no n.º 4 do artigo 76.º e nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.
- Sílvia Raquel Amaral da Cruz, eleita pelo MPM, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituída pelo membro Rodrigo António Joaquina Pereira, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.
- Inês Duarte da Silva Martins, eleita pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituída pelo membro João Fernando Damas Cardoso, de acordo com o estipulado no n.º 4 do artigo 76.º e nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que na correspondência enviada, 22 de julho, tem de se corrigir um erro de escrita na designação da Junta de Freguesia de S. Martinho.

Desejou as melhorias ao membro Manuel Marçal (GMPSD).

Deu nota que faltam muitas representações que são importantes para o Município: o Sr. Presidente da Câmara esteve na transmissão de tarefas do “Rotary Club de Castelo de Paiva”; que só é registada uma audiência com um membro do Governo, não sabendo se foram solicitadas outras; que o Sr. Presidente da Câmara esteve duas vezes na “Agrival” (só está registada a presença na inauguração, falta a presença no dia de Castelo de Paiva); que esteve no dia 1 de Julho na apresentação da “Grande Rota das Montanhas Mágicas”; a Vereadora Liliana Vieira esteve a 24 de Julho em Real na inauguração da zona de lazer e no Pavilhão Municipal de Desportos numa atividade desenvolvida pela “PT Dance”; que o Sr. Presidente da Câmara esteve presente nas atividades desenvolvidas pela Biblioteca Municipal a 20 de Julho; que não há registo de qualquer reunião da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” (existiram duas).

Deliberação: A AM tomou conhecimento.

2. Votação da ata da reunião ordinária de 22 de junho de 2022.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade pelos membros presentes na dita reunião.

O membro José Carlos Vieira Tavares assistiu à sessão a partir deste ponto

3. Assuntos gerais de interesse municipal.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM), usou da palavra para dizer que solicitou ao Sr. Presidente da AM o agendamento de um ponto relativo à barragem do Seixo. Disse que o seu pedido não foi atendido porque se calhar requereu tarde de mais, mas vai voltar a pedir que se discuta o assunto, porque hoje podia estar a falar dos ganhos obtidos com a barragem do Seixo, cuja construção foi abortada precocemente por desavenças entre famílias políticas. Disse que se a barragem tivesse sido feita nessa altura a economia do concelho teria



beneficiado com isso, mas nenhum anterior Presidente da Câmara quis olhar de frente o problema, sendo que neste momento faz todo o sentido falar dele, dado que a água vai escassear devido às alterações climáticas.

Apelou às forças políticas representadas na AM, às instituições do concelho, à comunicação social, que coloquem este problema da falta de água no rio Sardoura e a questão da barragem do Seixo na ordem do dia.

Salientou a importância da barragem do Seixo para potenciar o turismo, para a agricultura e para o abastecimento de água, sendo um local onde podem ser armazenados milhões de litros de água para servir o concelho e as populações vizinhas.

Defendeu que há dinheiro, pelo que tem de haver boa vontade de ali desenvolver um grande projeto para o concelho, sendo que a Junta de Freguesia de Real está interessada e empenhada no projeto.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), usou da palavra para dizer que os amadorismos de alguns políticos do concelho o deixam preocupado, parecendo-lhe que estiveram fora durante doze anos e depois chegam e cometem erros de “casting”.

Deu nota que se referia a um comunicado de 23 de maio no qual é feita a avaliação de meio ano de governação do executivo, em que essa avaliação é classificada como fraca e onde é dito, e citou; “.... os autarcas de S. Martinho e de Real abordavam constantemente o assunto e agora a moleza também tomou conta dos seus responsáveis: quais as razões? Conivência política ou promessas futuras?”

Salientou que o Presidente da Junta de S. Martinho não sofre de moleza, nem está aqui para fazer favores ao PSD ou à espera de “tachos” ou de outras promessas, nunca foi moleta de ninguém, sempre fez o seu caminho quer na vida profissional, quer na vida política.

Realçou que está a usar com este executivo o mesmo método, o mesmo critério que usou no mandato anterior.

Deu nota que durante dois anos não existiu da sua parte uma crítica pública ao executivo liderado pelo PS. Disse que a primeira crítica pública que fez

Fls. 142

foi em 27 de novembro de 2019, tendo dito que S. Martinho estava a ter um tratamento diferenciado em relação às outras freguesias e que iria usar todas as ferramentas disponíveis para defender os interesses de S. Martinho, porque não tinha tido nenhuma resposta do executivo à data. Salientou que nunca teve nenhuma resposta ao que solicitou, designadamente, relativamente às fossas da Adroia, cuja primeira abordagem que fez ao executivo foi em 18 de fevereiro de 2018 e, posteriormente, em 27 de janeiro de 2020 e 20 de janeiro de 2021, sem ter tido qualquer resposta. Disse que a primeira publicação que fez do tema foi em 6 de Abril de 2021, na sua página pessoal do facebook, tendo sido contactado no mesmo dia pelo Dr. Gonçalo Rocha que lhe disse que o problema ia ser finalmente resolvido no curto prazo pela empresa “Simdouro” e pela Câmara Municipal (até ao final do ano); que fez uma segunda publicação em 24 de Abril de 2021, na sequência de um foco de poluição que apareceu no rio a montante da Adróia; que com o atual executivo falou deste tema na AM de 27 de Dezembro de 2021, tendo na altura perguntado se já existe uma solução e quando é que o problema fica resolvido, tendo o Sr. Presidente da Câmara respondido que as questões ambientais são a maior preocupação do nosso concelho, sendo que o compromisso assumido pelo anterior Presidente da Câmara não lhe foi dado a conhecer e que já tinha agendada uma reunião com a empresa “Simdouro” para analisar os problemas das freguesias; que na AM de 25 de Fevereiro de 2022 solicitou novamente um ponto de situação relativo às fossas da Adróia; que na reunião realizada em 2 de Agosto de 2022 entre a empresa “Simdouro”, a empresa “Águas do Douro e Paiva” e os Presidentes de Junta de Freguesia, ficou a perceber que estava tudo na estaca zero e que havia a abertura da empresa “Simdouro” e da Câmara Municipal para realizar reuniões trimestrais para tratar destes temas. Referiu que ao estarem a eleger o Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho como alvo estão a cometer o mesmo erro de 2018: o PS, em 20 de outubro de 2018, um ano depois das eleições, teve uma manchete no



jornal que dizia, e citou: “... S. Martinho morreu, num ano não se fez nada de novo. A entrada de Francisco Silva para o executivo é um desastre para a freguesia, falta de imaginação, mentiu às crianças, muita gente já se arrependeu de ter votado Francisco Silva...”; que em setembro de 2021 o povo de S. Martinho deu a resposta e deu a maior derrota de sempre ao PS de Castelo de Paiva naquela freguesia.

Deu nota que aquando da elaboração do orçamento para o corrente ano foram referenciadas três obras para a freguesia de S. Martinho: a pavimentação do Cruito, a requalificação de Soalheira/Crava e a requalificação do Mirante com a remoção dos paralelos e a substituição do depósito de abastecimento público na Vista Alegre, tendo solicitado um ponto de situação destas obras.

O membro Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para falar da falta de segurança na Rua 25 de abril, tal como já o fez noutras sessões da AM. Disse que se calhar, devido à coincidência da realização da presente sessão, foi colocada uma pequena lomba perto do Largo da Feira, algo que por si só não resolve, porque os veículos continuam a circular com excessiva velocidade num local com muita afluência de peões, esperando que algo mais seja feito antes da próxima sessão da AM.

Referindo-se à Rua Direita, deu nota que o camião dos “CTT – Correios de Portugal” continua a circular naquela rua duas vezes por dia, às vezes ao sábado. Disse que há sinalização vertical no local a proibir o trânsito a veículos com mais de 3,5 toneladas, pelo que o camião transgride essa sinalização duas vezes por dia, tal como outros veículos pesados, questionando porque é que não são passadas as respetivas multas.

Sugeriu como alternativa a circulação pela Rua Sá Carneiro Amaro da Costa. Disse que as lajes da Rua Direita não são apropriadas para a circulação daqueles veículos.

Sugeriu também que o camião dos “CTT – Correios de Portugal” podia sair da sede em direção à Avenida General Humberto Delgado (lajes são mais



Fls. 143

espessas) e virar à direita para a Rua Mário Sacramento, uma vez que as obras que ali decorriam já estão concluídas.

Deu nota de um sem-abrigo que pernoitava num vão de escada de um edifício particular (não sabe se ainda o faz). Disse saber que os serviços de ação social da Câmara Municipal já tentaram resolver a situação, mas se não conseguiram, há instituições que conseguem resolver, tendo perguntado se a Câmara Municipal já fez contactos nesse sentido.

Referindo-se à empreitada de alargamento do cemitério de Sobrado, disse que a população pensava que a obra ia começar

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do membro Fátima Strecht (GMPS) por considerar que se estava a alongar demasiado.

O membro Rodrigo Pereira (GMMPM) usou da palavra para dizer que gostou da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, porque abordou um assunto importantíssimo para aquela freguesia. Disse que o PS foi o grande culpado pelo facto de a barragem do Seixo não ter avançado, que podia ser hoje um recurso fundamental para a agricultura e fonte de poupança de muito dinheiro para o concelho.

Deu nota de um comunicado do Sr. Presidente da Câmara no qual afirmou que o atual executivo partiu do zero porque não havia projetos na Câmara Municipal. Disse que acha que isso é bom, porque podem fazer muitos projetos para resolver muitos problemas do concelho, nomeadamente, ao nível do saneamento, tendo dado o exemplo de Bairros, que quase não tem cobertura de saneamento, pelo que espera que o Sr. Presidente da Câmara se envolva a sério na resolução deste problema que também afeta a qualidade da água.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para solicitar um ponto de situação relativamente à Rua Luis Aranha e á Rua da Boavista relativamente a uma notificação judicial avulsa.

Deu nota que esta é a primeira sessão da AM depois da realização da Feira do Vinho Verde, que foi um sucesso, mas que há a necessidade de rever o Regulamento do evento de modo a prestigiar ainda mais o evento. Disse



que a feira não pode ter no seu recinto comerciantes que nem sequer se inscrevem no evento, para além da necessária análise do vinho pelas entidades credenciadas para o efeito.

Deu nota que solicitou em sessões anteriores o ponto de situação da queixa apresentada pelo PSD no “TAF – Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel”, relativamente ao artigo urbano junto ao antigo colégio vendido a uma empresa de Castelo de Paiva por um preço muito inferior à avaliação efetuada.

Alertou que a estrada da Ladroeira ao Santo Adrião não tem a marcação com linha branca, o que dificulta a circulação quando há nevoeiro.

Informou que ainda não lhe foi entregue o relatório da fiscalização municipal relativo ao depósito de entulho saído da obra do “Marmoiral”.

Agradeceu ao Sr. Presidente da AM o parecer que lhe fez chegar relativo às senhas de presença a que aludiu na última sessão da AM.

Informou também que viu no Diário da República a cessação da comissão de serviço da chefe da “DOMA – Divisão de Obras Municipais e Ambiente”, à semelhança do que sucede com a “DAG – Divisão de Administração Geral”, que desde janeiro de 2021 que está sem chefia. Disse que são duas divisões importantíssimas na Câmara Municipal, tendo perguntado como é que o executivo pensa resolver estas lacunas.

Perguntou se já está em concurso o projeto de execução da Variante à EN 222?

Deu nota que a economia social é uma realidade consolidada em Portugal consagrada na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases da Economia Social, e constitui no concelho a maior entidade empregadora. Disse que a economia social muito tem contribuído ao longo do tempo para a coesão social, em particular nos períodos de maior dificuldade do país: foi assim no período da “Troika”, foi também na pandemia e vai ser de certeza na crise que estamos a viver.

Realçou que com o disparar dos preços dos bens de primeira necessidade, tem de se repensar a forma de apoiar as IPSS do concelho que prestam um serviço essencial à população.

Referiu que as IPSS estão a viver tempos de muita incerteza e muito difíceis, pelo que solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que analise a possibilidade de se criar um fundo municipal que minimize os efeitos brutais que as IPSS estão a sofrer com o aumento de preço das refeições que fornecem e os transportes que prestam, sob pena de os agregados familiares verem repercutidos estes aumentos e não conseguirem pagar.

Concluiu, solicitando um ponto de situação em relação aos Serviços Sociais, Culturais e Desportivos dos Trabalhadores da Câmara Municipal, que são uma associação autónoma à Câmara Municipal.

Deu nota que ao longo deste mandato tem feito algumas questões referentes ao edifício “Marmoiral”, sendo que a umas teve resposta e a outras ainda não.

Informou que a 15 de setembro chegaram-lhe algumas respostas enviadas pelo Sr. Presidente da AM a questões que colocou na AM de 22 de junho. Disse que chegou à conclusão que as respostas que obteve nas sessões da AM de dezembro de 2021 e de fevereiro de 2022 não correspondiam à realidade, pois que as toneladas de entulho que saíram do prédio entre novembro de 2021 e abril de 2022 não têm guia de depósito em aterro certificado, tendo comprovado que foram depositadas na UF de Sobrado e Bairros, cometendo-se um atentado ambiental, porque num dos casos poderão ter sido colocados em solo classificado como “REN – Reserva Ecológica Nacional”.

Referiu que com os documentos enviados pelo Sr. Presidente da AM ficou a saber que o que está a ser feito de dia não corresponde ao projeto aprovado (está no relatório da fiscalização); também ficou a saber que em devida altura a Chefe de Divisão informou que o licenciamento inicial teve uma licença especial nos termos do disposto no artigo 88.º do RJEU, e que



no entender da mesma técnica a obra deveria ser concluída conforme a aprovação que legitimou a licença especial.

Informou que a própria “CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte” no seu parecer de 17 de novembro de 2019, diz que as alterações a realizar terão de se cingir exclusivamente ao necessário para se conseguir alcançar a conformidade desejada com as normas urbanísticas aplicáveis.

Deu nota que já neste mandato, em novo parecer, a “CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte” diz que a requerente quer fazer alterações que não constam da memória descritiva; refere também que caberá à Câmara Municipal avaliar se a pretensão se conforma, ou não, com o novo “PDM – Plano Diretor Municipal”.

Recordou a questão colocada pelo membro Rocha Pereira (GMPS) ao então Vereador do Urbanismo José Manuel Carvalho na AM de 29 de dezembro de 2020, se o problema do edifício “Marmoiral” tinha sido resolvido à luz do novo “PDM – Plano Diretor Municipal”, tendo o Vereador respondido que foi à luz de legislação anterior.

Informou que a 20 de abril de 2022, três técnicos da Câmara, um dos quais é arquiteto, fizeram uma vistoria à obra e concluíram que as obras, em curso, não estavam de acordo com o projeto aprovado, informando superiormente que foram feitas alterações às fachadas, à cobertura, ampliação aos pisos recuados, ampliação de varandas, ampliação da área de estacionamento, que tinha sido criado um novo vão de escadas, construído um elevador, que tinham sido alterados o número de frações e tipologias. Disse que o relatório da fiscalização refere que detetaram que há oitenta e cinco apartamentos e o projeto que está aprovado só contempla sessenta e nove.

Deu nota que o prédio àquela data, abril deste ano, estava a ser feito de dia em desacordo com o projeto aprovado, tendo perguntado ao Sr. Presidente da Câmara o que é que foi feito àquele relatório da fiscalização; se foi feita alguma notificação ao requerente; se foi feito algum embargo da obra; que



Fls. 145

medidas tomou, ou pretende tomar, face ao depósito de toneladas de entulho em local não licenciado para o efeito; se o que está a ser construído está em conformidade com o “PDM – Plano Diretor Municipal” em vigor; se os estacionamentos previstos são os exigidos por lei; se à data de hoje alguma entidade exterior ao Município, nomeadamente, judicial ou judiciária, notificou a Câmara Municipal para prestar esclarecimentos?

Questionou, relativamente ao passado, onde é que estava o problema urbanístico, uma vez que a licença especial de acabamentos emitida pelo executivo anterior não permitia alteração ao projeto inicialmente aprovado em 2005 e teria como consequência a construção do edifício de acordo com as prescrições urbanísticas da altura. Disse que em boa verdade estavam a resolver um problema que nunca existiu, o primeiro promotor é que estava a construir em desacordo com o projeto aprovado em 2005; quem tanto apregoou que o projeto violava os instrumentos de gestão do território, permitiu que ao abrigo de uma licença especial, no mesmo projeto aprovado pelo Município, fosse concluído exatamente nos mesmos termos: disso mesmo lhes dá nota a publicidade emitida pelo banco proprietário do imóvel quando o vendeu a 13 de janeiro de 2021.

Referiu que se era para fazer o que está a ser feito neste momento, podia este cenário já ter sido previsto aquando da licença especial, até porque as toneladas de demolições de que já falou iniciaram-se em 2021 no início da obra.

Concluiu, referindo que a ser verdade o que está a acontecer agora com a entrada de um aditamento, estão perante a perda para o Município de milhares de euros de taxas de construção, uma vez que estando o processo inicial de 2005 caducado, teria de ser emitida uma licença nova com valores muitíssimo superiores àquela que uma licença especial para acabamentos traduz, resultando uma perda muito significativa para o erário público.



O membro João Vieira (GMMPM) usou da palavra para solicitar um ponto de situação relativo à empreitada dos passadiços do Douro. Disse que a empreitada é um “elefante branco” herdado pelo executivo municipal.

Deu nota de um e-mail que enviou para a Câmara Municipal no dia 14 de julho sobre um terreno em Curvite cheio de silvas e mato, ao qual inicialmente não foi dada resposta, tendo essa resposta sido dada depois de ter abordado o assunto numa reunião de Câmara. Referiu que a resposta foi no sentido de que a Câmara Municipal tinha concedido dez dias ao particular para fazer a limpeza do terreno, mas que a situação se mantém, tendo solicitado um ponto de situação.

Referindo-se ao portal da Serrada, deu nota que este está a ser suportado há alguns anos por uma simples escora, estando em causa o seu brasão. Apelou ao Sr. Presidente da Câmara para ter este assunto em atenção senão o portal cairá em breve.

O membro José António Rocha (GMPS) usou da palavra para dizer que já ouviu por duas vezes imputar culpas ao PS pela não construção da barragem do Seixo, sendo que o PSD esteve na Câmara Municipal logo a seguir e podia ter construído a barragem. Disse que é um assunto demasiado sério que merece o agendamento de um ponto numa próxima sessão da AM.

Deu nota da proposta que foi aprovada numa anterior sessão da AM relativa a um perdão de dívida aos Bombeiros Voluntários pela prestação de serviços de abastecimento de água, por contrapartida à colocação imediata de mais contadores de água na sede da associação para que houvesse um controlo dos consumos da água que vai para a clínica, para os Bombeiros e controlar a água da Proteção Civil, tendo perguntado se os contadores foram colocados.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para desejar rápidas melhorias ao membro Manuel Marçal (GMPSD).

Audição
Giselda Neves

Agradeceu ao membro Giselda Neves (GMPSD) a disponibilização aos membros da AM do “Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens” de Castelo de Paiva.

Relativamente à Feira do Vinho Verde, felicitou a Câmara Municipal pelas inovações que introduziu no evento, designadamente, a colocação de pórticos e a instalação de aspersores de água.

Salientou a necessidade de se proceder a uma revisão ao regulamento do evento.

Referiu que ficou sem saber se a Câmara Municipal encara a feira como um meio de promoção do vinho de Castelo de Paiva ou de uma negociação do vinho, isto devido ao preço a que o vinho foi vendido, porque acha que o valor que é cobrado pelos expositores por uma garrafa de vinho é muito superior ao mesmo vinho que vendem nos supermercados.

Deu nota que faltam 16 dias para se completar um ano de mandato do atual executivo municipal. Disse que analisou o programa eleitoral do PSD, tendo constatado que havia a vontade de fazer muita coisa, mas que falta tempo, como por exemplo ao nível da ação social, onde se prometeu que nenhum aluno abandonaria a escola por falta de recursos económicos. Disse que o ano letivo já começou e há alunos que não prosseguiram os estudos superiores por carências económicas.

Defendeu que o executivo municipal fez muito pouco num ano, tendo referido que a única coisa que fez ao nível do ambiente foi a aquisição de três viaturas.

Felicitou o Sr. Presidente da AM por ter colocado as fotografias dos membros da AM no sítio de internet do Município, o que ainda não foi feito relativamente à Câmara Municipal.

Concluiu, tendo questionado o Sr. Presidente da Câmara se vai haver uma reestruturação aos serviços municipais.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que na sessão da AM realizada no dia 27 de dezembro de 2021, fez uma intervenção a propósito de uma notificação judicial avulsa que foi recebida na Câmara



Municipal no dia 29 de setembro de 2021, e a mesma vem assinada por uma Senhora distinta advogada que é sócia de uma sociedade de advogados que é a “CMB – Sociedade de Advogados, R.L.”, na qual são pedidos 300.000,00€ à Câmara Municipal. Disse que na altura o Sr. Presidente da Câmara respondeu que a Câmara Municipal tem de ser uma entidade de bem, pelo que não dispondo os serviços municipais de técnicos habilitados para fazer a avaliação dos terrenos, o executivo municipal iria chamar um avaliador externo para fazer a avaliação e só posteriormente é que iriam falar com o proprietário do terreno ocupado (empresa “Fialpa”), tendo perguntado quem é que foi o avaliador nomeado, quando, e sendo que o objetivo da avaliação incidia sobre a parcela de terreno mais pequena (112 m²), que valor é que lhe foi atribuído?

Perguntou também ao Sr. Presidente da Câmara se (e quando) falou com a empresa “Fialpa”?

Concluiu este assunto solicitando um ponto de situação.

Deu nota que foi adjudicada pela Câmara Municipal uma prestação de serviços ao membro João Vieira (GMMMP) que, alegadamente, agora lhe pretendia retirar, mas que afinal, há umas horas, voltou a dar, tendo perguntado se o processo está bem instruído e como é que se desenrolou, até porque o membro João Vieira (GMMMP) fez questão de ir a uma reunião de Câmara e terá alertado para uma eventual situação de impedimento pelo facto de ser autarca.

Perguntou também se o processo foi instruído com algum parecer, eventualmente, remetido por um particular?

Referindo-se ao processo de atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino superior, assunto ainda mais complicado, disse que o executivo municipal informou que vai haver um inquérito, tendo perguntado quem e quando foi nomeado instrutor; se a nomeação tem a ver com a pessoa que exerce funções no gabinete jurídico da Câmara Municipal (estará impedido); quem foi o responsável a nível autárquico pela instrução do processo; quem é que fez avaliação dos documentos que instruem o

Fls. 147

processo; se a avaliação foi bem feita; se os pareceres foram dados pelas entidades obrigadas a isso.

Deu nota que ouviu numa estação de rádio um assunto que envolve o Município de Arouca alusivo às teleconsultas.

Deu nota que foram feitos testes durante nove meses que envolveram o hospital de S. Sebastião, tendo-se chegado à conclusão de que a medida deveria ser tornada definitiva.

Informou que a medida, na área da cardiologia, consiste em os Arouquenses em vez de irem a Santa Maria da Feira, vão ao hospital de Arouca, são consultados, traduzindo-se numa poupança de tempo, numa ajuda a pessoas que estão fisicamente debilitadas e num benefício para o hospital, porque cada médico demora menos tempo a consultar o respetivo doente.

Realçou que o Senhor Diretor do hospital S. Sebastião referiu que há a intenção de alargar esta prática a outros concelhos vizinhos, nomeadamente, no mundo rural.

O membro Ângelo Fernandes (GMPS) usou da palavra para considerar o evento “Um Fogo que Arda”, realizado na ponte centenária de Pedorido, um grande espetáculo, tendo agradecido a sua realização ao ator António Capelo e à sua equipa.

Sobre os festejos de S. João, questionou porque é que não se organizam marchas alargadas a todas as freguesias?

Deu nota da necessidade de se proceder à limpeza da estrada entre Fornelo e o Boialvo, bem como de se reparar fissuras que há na via (junto à habitação do Sr. Machado) e substituir lâmpadas da iluminação pública.

Solicitou a reparação da via no início do Bairro de S. José até às alminhas.

Solicitou também que se coloquem bancos no centro do lugar da Póvoa.

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para dar os parabéns ao membro Giselda Neves (GMPS) por ter disponibilizado aos membros da AM o “Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens” de Castelo de Paiva.



Salientou a importância de se olhar para a economia social e ver de que forma é que podem ajudar nestes tempos difíceis que se avizinhama.

Perguntou se houve alguma evolução relativamente à criação no concelho de uma “UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade”?

Desejou uma rápida recuperação ao membro Manuel Marçal (GMPSD). Referiu que faz doze anos que o “SAP – Serviço de Atendimento Permanente” do concelho foi fechado, defendendo que devem olhar este problema de frente, porque os concelhos vizinhos têm um tratamento diferente que Castelo de Paiva também tem de ter.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para desejar as rápidas melhorias ao membro Manuel Marçal (GMPSD).

Referindo-se ao comunicado do PSD intitulado “A mudar Castelo de Paiva”, disse que o concelho mudou para pior, que há uma gestão sem estratégia, uma navegação à vista.

Deu nota que quatro dos pontos elencados no comunicado referem-se ao trabalho feito com as Juntas de Freguesia, havendo um ponto com o qual o GMPS concorda no sentido em que têm sido todas, aparentemente, tratadas de igual forma, porque não tem sido feito qualquer obra em nenhuma das freguesias.

Referiu que a aquisição de três novas viaturas no montante de cerca de 300.000,00€ é o ponto de viragem da nova governação, tendo agradecido essa iniciativa e dito que ainda bem que no primeiro ano de mandato tem essa capacidade de investimento, porque é o resultado de 12 anos de sacrifício para pôr as contas em ordem.

Salientou que relativamente ao ambiente o Sr. Presidente da Câmara disse, e bem, durante a campanha eleitoral, que o saneamento e o ambiente seriam uma prioridade, mas que só ao fim de onze meses de governação é que terá tido as primeiras reuniões para avançar nesta matéria. Disse que se é verdade, o que é que será dos assuntos não prioritários.

Fls. 168

Referiu que a retoma da atividade normal da Câmara Municipal é notícia, ou seja, que o S. João e a Feira do Vinho Verde foram atividades retomadas pelo atual executivo, ironizou, quando a interrupção se deveu à pandemia. Realçou que o PSD tem dificuldade em apresentar obra feita pelo atual executivo. Disse que no comunicado não se vê uma obra, nada é dito sobre a cultura, zero obras municipais, zero palavras sobre o emprego, sobre o empreendedorismo, sobre habitação, sobre o associativismo, sobre a juventude e sobre o turismo, pelo que com isso percebem que o PSD tem dificuldade em avaliar positivamente a atuação do Sr. Presidente da Câmara, tendo mostrado um cartão amarelo/alaranjado à sua governação. Deu nota que o comunicado também significa o fim do “Festival da Lampreia”, não justifica o fim do “Festival das Gerações” ou da “Festa da Francesinha”, não justifica o fim do “Festival do Peixe do Rio” e não justifica o desleixo e o abandono sobre a falta de dinamização e de manutenção do Largo do Conde.

Informou que no comunicado há uma citação, tomada que seja verdadeira, na qual o Sr. Presidente da Câmara se queixa de ter herdado zero projetos quando iniciou funções: ou a situação não corresponde à realidade, ou efetivamente não encontrou projetos na Câmara Municipal, pelo que questionava se relativamente ao projeto da Ponte Centenária de Pedorido, ao projeto da EB1 de Oliveira do Arda, ao projeto da escola básica de Sobrado, ao projeto da “ELH – Estratégia Local de Habitação”, ao projeto do Cavalete do Fojo, ao projeto da rotunda do Côto, era, ou não, verdade que estes projetos existiam.

Salientou que quando um político inicia funções deve ser audaz, ter coragem e ter ideias, pelo que havendo novos fundos comunitários à porta, questionava quais são as linhas condutoras para a sua utilização no concelho.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.



Fls. _____

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha, disse que o projeto da barragem do Seixo foi abandonado há muitos anos. Disse que é um projeto que não fica barato, mas que terá toda a sua atenção e tentarão reformular todo aquele espaço, tendo já tido um primeiro contato com uma empresa de consultadoria que estará disponível para fazer uma consultoria com a Câmara Municipal para começarem a remover as plantas invasoras do local, sendo este um primeiro passo para no âmbito do fundo ambiental enquadrar uma solução para o Seixo.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva, disse que reconhecia que aquando da elaboração do orçamento para o presente ano assumiu um conjunto de compromissos com as Juntas de Freguesia.

Referiu que, infelizmente, só no que se refere a revisões extraordinárias de preços que irá vigorar, espera, até 31 de dezembro, que o Município venha a ter uma despesa no montante de cerca de 500.000,00€ até ao final do ano, valor que não estava previsto em orçamento. Disse que a isso se alia o facto de atualmente apenas existir uma Engenheira Civil nos quadros da Câmara municipal, o que obrigou a que se recorresse a uma empresa externa para a elaboração dos projetos das obras com que se comprometeram com as Juntas de Freguesia, sendo que a diferença na discriminação está no facto de a única obra que se encontra adjudicada é em Santa Maria de Sardoura, porque se tratava de um projeto que já existia (requalificação do loteamento de S. Gens).

Informou que durante os meses de outubro/novembro terão início os procedimentos concursais relativos aos projetos a desenvolver com todas as Juntas de Freguesia, tendo assumido as suas responsabilidades e pedido desculpa a todos os Presidentes de Junta de Freguesia pelo facto se de alguma defraudou as suas expectativas.

Referindo-se à intervenção do membro Fátima Strecht (GMPS), disse que não é por se estar a aproximar da realização de uma sessão da AM ou uma reunião de Câmara que vão deixar de colocar lombas ou de fazer o trabalho

Fls. 149

que têm para fazer. Disse que era altura de ter uma lomba naquelas ruas para prevenir o excesso de velocidade que lá se verifica.

Sobre a circulação do camião dos “CTT – Correios de Portugal” na Rua Direita, respondeu que se calhar quem fez o projeto é que não se lembrou que existia aquela entidade e que os camiões têm de lá passar duas vezes por dia, sendo que poderão colocar sinalização de proibição de trânsito a pesados, exceto cargas e descargas.

Relativamente ao sem-abrigo, informou que os serviços de ação social da Câmara Municipal fizeram e continuam a fazer o que lhes compete, designadamente, a dar alimentação e a proporcionar a possibilidade de tratar da sua higiene pessoal nas casas-de-banho do Largo da Feira.

Informou também, até para se acabar com o sensacionalismo do facebook, que o munícipe foi ajudado pela Câmara Municipal, tendo sido colocado num centro de acolhimento em Espinho, mas que passado um dia ele regressou ao concelho de táxi. Disse que a lei é muito clara: quando um cidadão não põe terceiros em perigo e não tem episódios de agressividade, não pode ser sujeito a internamento compulsivo, tem de ser por vontade do próprio, sendo que o munícipe não manifesta essa vontade.

Reiterou que a Câmara Municipal tem feito tudo o que é possível, tendo lamentado que o sensacionalismo e a vontade de promoção no facebook muitas vezes ainda piore a situação e provoque reações adversas, designadamente, o ir incomodar o munícipe no local onde pernoita.

Reiterou também que não havendo vontade do munícipe não pode haver internamento.

Referindo-se à intervenção do membro Rodrigo Pereira (GMMPP), disse que também concordava com a importância que a barragem do Seixo pode ter para o concelho.

Sobre a questão do saneamento, referiu que concelho tem uma baixíssima taxa de cobertura, cerca de 18%. Disse que na reunião havida com a empresa “Simdouro” na qual estiveram presentes os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, estes ouviram o representante da empresa dizer que



não havia projetos em baixa da parte da Câmara Municipal para o concelho, e que não havia compromissos para a instalação de ETAR's na freguesia de Real, pelo que quando diz que não há projetos é porque não existem mesmo.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT), respondeu que já disse que a Rua Luis Aranha é pública e terá de ser a última instância de um tribunal a dizer o contrário.

Referindo-se à intervenção do membro Rocha Pereira (GMPS), informou que relativamente à Rua da Boavista foi feita a avaliação da parcela de terreno (112 m²) por um perito avaliador independente, o Eng.^o Guedes Marques, e que o valor atribuído foi entre 40/50,00€ o m². Disse que proferiu despacho para que essa avaliação fosse enviada ao particular, estando a aguardar se a aceita, ou não, sendo que se não for aceite existem os locais próprios para decidir a questão.

Referindo-se novamente à intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT), concordou que há a necessidade de se rever o regulamento da Feira do Vinho Verde, o que será feito.

Informou que vai mandar fazer a marcação da estrada da Ladroeira ao Santo Adrião.

Informou também que a cessação da comissão de serviço da chefia da “DOMA – Divisão Municipal de Obras e Ambiente” ocorreu por opção da trabalhadora, e que em relação à chefia da “DAG – Divisão de Administração Geral”, que o executivo está a analisar a eventual abertura de concurso. Disse que existem postos de coordenação em ambas as divisões, sendo que relativamente à DOMA, o anterior executivo tinha referido que se tinha criado o cargo de Diretor de Departamento com o objetivo de suprimir o cargo de chefe daquela divisão, pelo que neste momento os serviços estão acautelados.

Em relação ao projeto de execução da conclusão da Variante à EN 222, informou que o que tem sido dito pelo Sr. Ministro Pedro Nuno Santos é

Fls. 150

que estará pronto no início do próximo ano, para posterior envio para aprovisionamento e arranque das obras no final de 2023, início de 2024.

Salientou o trabalho meritório que é desenvolvido pelas IPSS do concelho, dai que o executivo tenha decidido aumentar os valores das refeições escolares para 2,20€, e aumentar para 0,60€ o valor/km dos transportes escolares, o que corresponde a um aumento de 20% para ambas as componentes.

Relativamente ao edifício “Marmoiral”, informou que foi feita uma vistoria no dia 18 de julho de 2022, tendo nesse seguimento proferido despacho de notificação e de instauração de processo de contraordenação que está a decorrer.

Destacou a importância inserta na conclusão do parecer emitido pela “CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte”, que citou: “Face ao exposto e na esteira do parecer jurídico apresentado pelo requerente, entende-se que a licença especial pode ser objeto de alterações, desde que a mesma se conforme com o “PDM – Plano Diretor Municipal” em vigor, o que caberá ao Município apreciar em sede de um procedimento de alteração de licença, sendo certo que a validação da decisão a emitir sobre o pedido de alteração dependerá dessas conformidades.”

Concluiu este assunto garantindo que será sempre cumprida a lei e que está ao lado dos investidores que queiram investir no concelho.

Referindo-se à intervenção do membro João Vieira (GMMPM) concordou que os passadiços do Douro são uma herança pesada, com um investimento muito significativo já feito pelo Município.

Disse que terão de tomar decisões, se calhar difíceis, em função da análise do relatório de expropriação que chegou à Câmara Municipal e sempre no interesse do Município.

Salientou que não sabe se é do interesse do Município pagar 160.000,00€ por um pouco de caminho à beira Douro, se é uma prioridade para este executivo.



Relativamente ao e-mail referente ao terreno em Curvite, informou que o proprietário manifestou vontade em limpá-lo logo que haja autorização para se fazer queimadas.

Em relação ao portal da Serrada, respondeu que vai analisar com os serviços técnicos para se perceber como é que poderá ser preservado.

Referindo-se à intervenção do membro José António Rocha (GMPS), respondeu que os contadores já foram colocados. Disse que não foram colocados três contadores porque os Bombeiros informaram que a água do quartel e da clínica corresponde à mesma instituição, pelo que foi colocado um contador junto à garagem.

Referindo-se à intervenção do membro Jorge Quintas (GMMPPM), explicou que o preço do vinho da Feira do Vinho Verde foi acordado entre os expositores, tal como aconteceu em relação aos preços da restauração, pelo que o Município é alheio à situação.

Deu nota que não tem informação de que tenha havido algum aluno a abandonar o ensino superior. Disse que os alunos podem socorrer-se das bolsas de estudo atribuídas pela Câmara Municipal.

Referindo-se novamente à intervenção do membro Rocha Pereira (GMPS), explicou que relativamente ao contrato por ajuste direto celebrado com o membro João Vieira (GMMPPM), que foi o Vereador José Manuel Carvalho quem numa reunião de Câmara questionou de que se tratava, tendo sido respondido que dizia respeito a um projeto chamado “Cultura para Todos”.

Informou que na altura o membro João Viera (GMMPPM) estava a assistir à reunião de Câmara e disse que possivelmente estaria impedido de realizar esse contrato por ser membro da AM. Disse que foi o próprio João Viera (GMMPPM) que questionou os serviços do Município sobre se podia, ou não, fazer esse trabalho para a Câmara Municipal, tendo sido respondido que não há qualquer impedimento.

A Vereadora Liliana Vieira usou da palavra para dizer que foi levantada a dúvida sobre se havia, ou não, impedimento do membro João Viera (GMMPPM) por força do desempenho de funções de eleito na AM, tendo



Fls. 151

sido dito ao referido membro que para terem a certeza de que não havia impedimento iria ser solicitado um parecer. Disse que o membro João Viera (GMMMPM), por iniciativa própria, depois de este lhe ter solicitado uma reunião na passada semana, passado um ou dois dias remeteu à Câmara Municipal um parecer de uma Comissão de Coordenação Regional que foi analisado pelos serviços, e dada resposta no sentido de que não havia qualquer tipo de impedimento e que o Município mantinha o contrato que foi celebrado.

O Sr. Presidente da Câmara retomou a sua intervenção referindo que no que concerne às bolsas de estudo, todos os processos são analisados pelos técnicos do Município, os mesmos que já antes o faziam, e que a atribuição das bolsas foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara.

Informou que foi dito, e foi feito, um pedido de esclarecimento à “Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva” relativamente a uma das bolsas, tendo salientado que os processos de atribuição das três bolsas de estudo a bombeiros e a filho de bombeiro falecido estão devidamente instruídos com os documentos necessários, designadamente, as certidões comprobativas de que os beneficiários são bombeiros, estando a aguardar pelos esclarecimentos solicitados.

Referindo-se à intervenção do membro Ângelo Fernandes (GMPS), disse que o ator António Capelo teve mérito na organização do evento “Um Fogo que Arda”, mas que as entidades que o financiaram também têm o seu mérito, uma vez que a iniciativa resultou de uma candidatura conjunta da “Academia de Música de Castelo de Paiva”, da Câmara Municipal e da “Adrimag – Associação de Desenvolvimento Regional Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira”.

Relativamente à sugestão de organização de marchas de S. João abertas a todas as freguesias, respondeu que é uma situação a analisar.

Sobre a ligação às “alminhas”, concorda que o piso necessita de uma intervenção, e que em relação à limpeza das vias informou que esteve com o Sr. Presidente da União de Freguesias a quem solicitou essas limpezas,



inclusivamente junto ao bairro da Póvoa, tendo aquele respondido que irão iniciar as limpezas na zona da Póvoa durante a próxima semana.

Respondeu que ia avaliar a proposta relativa à colocação dos bancos.

Referindo-se à intervenção do membro Vanessa Pereira (GMPSD), informou que a “UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade” será uma realidade, em princípio, a partir do próximo mês de janeiro. Disse que as equipas estão a ser constituídas, estando o Município a executar algumas obras para preparar o espaço no Centro de Saúde, e que as equipas irão acompanhar os utentes no seu domicílio sete dias por semana.

Informou que solicitou ao Presidente da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” a marcação de uma reunião com o Ministro da Saúde para procurar ter o alargamento do horário de funcionamento do Centro de Saúde.

Referindo-se à intervenção do membro Manuel Mendes (GMPS), referiu que a discriminação que tem existido tem sido para com a Junta de Freguesia de Sardoura, que tem duas empreitadas adjudicadas: retificação das condutas de saneamento na urbanização de Greire e a intervenção em S. Gens, num investimento total de cerca de 93.000,00€, esperando em breve colocar as restantes Juntas de Freguesia em pé de igualdade.

Relativamente ao investimento no ambiente, salientou a aquisição de duas carrinhas para substituir outras duas de 1994, e assim dar boas condições de trabalho aos serviços de Administração Direta, bem como, a aquisição de um veículo pesado para a recolha do lixo num investimento de cerca de 400.000,00€ que certamente irá dar os seus frutos. Disse que as dificuldades existiam e vão continuar a existir, têm é de colmatá-las.

Informou que tinham dois camiões com uma capacidade de 10 m³ que estavam constantemente avariados, tendo o novo camião o dobro da capacidade e um sistema de lavagem dos contentores.

Destacou o trabalho feito na área do empreendedorismo (concelho tem uma das taxas mais baixas de desemprego), designadamente, a recente aprovação do alargamento da empresa “BRADCO – Fabricação e

Fls. 152

Comercialização de Marroquinaria”; que irá abrir já por ação do atual executivo uma fábrica de calçado na Raiva; está um projeto em desenvolvimento e que já deu entrada com o atual executivo para o aumento das instalações da “OROPOL”, sendo um sinal que os empreendedores confiam na visão do executivo. Disse que a breve trecho terão mais seiscentos postos de trabalho em Castelo de Paiva.

Confirmou que acabou com o “Festival das Gerações” e com o “Festival da Lampreia” porque há outras prioridades. Disse que conforme afirmou durante a campanha eleitoral, o atual executivo não é uma comissão de festas.

Informou que nos últimos dois meses foram feitas 296 reparações no sistema de abastecimento de água do concelho. Disse que é uma herança do passado.

Sobre as contas certas, o não dever nada a ninguém, disse que a breve trecho estarão cá para fazer essa análise. Disse que tiveram de pagar as participações do Município a diversas entidades que não eram pagas há anos.

Informou que se iniciou a auditoria às contas e aos procedimentos da Câmara Municipal que se vai prolongar por três meses. Referiu que a auditoria não tem como objetivo fazer “uma caça às bruxas”, mas sim para lhes dar um instrumento importante na melhoraria da prestação dos serviços aos municípios.

Sobre os jardins do Largo do Conde, explicou que a altura propícia para a replantação não era em junho, tal como disse na devida altura (árvores não chegariam às eleições, e não chegaram), mas sim em outubro/novembro, o que garantiu que acontecerá em relação à renovação dos canteiros.

Em relação à substituição das árvores mortas, informou que não há nada escrito com o viveirista para a substituição gratuita, pelo que o executivo está a tentar negociar no sentido de que pelo menos substitua algumas.

Relativamente aos projetos, respondeu que o projeto do “Cavalete do Fojo” já existia, era do conhecimento de todos, até porque o procedimento tinha



Fls. _____

ficado deserto, tendo sido reformulado e o preço base aumentado em 100.000,00€ que teve de ser suportado pela Câmara Municipal para que fosse aprovado; o projeto da Ponte Centenária de Pedorido já estava em obra.

Reiterou que não há projetos na Câmara Municipal, principalmente na área do saneamento.

Salientou que o projeto para a requalificação da escola EB2/3 teve de ser reformulado porque quis prever a cobertura para os alunos se abrigarem da chuva; prever a eficiência energética; prever sistema de climatização; prever a colocação de contentores para os alunos terem aulas enquanto as obras estiverem a decorrer.

Relativamente ao alargamento do cemitério de Sobrado, disse que já foram feitas as limpezas e informou que há erros e omissões no projeto, mas que a empreitada está adjudicada e vai avançar em breve.

Realçou que foi o atual executivo que exigiu à empresa “Infraestruturas de Portugal” a substituição do piso da variante à EN 222 desde a rotunda do Coto até à Cruz da Carreira.

Concluiu, referindo é verdade que o executivo está a completar um ano de mandato, há muito trabalho a fazer, mas com audácia, coragem e ideias será feito um bom trabalho em prol dos Paivenses.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que ficaram seis questões por responder, designadamente, sobre a queixa apresentada no “TAF – Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel” relativamente ao terreno sito junto ao antigo colégio; relativamente ao relatório da fiscalização que o Sr. Presidente da Câmara disse que lhe ia fazer chegar sobre o entulho; se a Câmara Municipal tinha sido notificada por alguma entidade no âmbito do edifício “Marmoiral”; se o que está a ser construído está de acordo com o disposto no “PDM – Plano Diretor Municipal”; que medidas é que tomou relativamente ao depósito de toneladas de entulho.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que todas as perguntas que dizem respeito ao edifício “Marmoiral” são repetidas, uma vez que na

Fls. 153

última comunicação enviada ao membro Paulo Teixeira (UCPT) deram como respondidas a todas as questões que foram colocadas. Disse que depois da última resposta que lhe enviou em conformidade com a informação dos serviços municipais, não teve mais nenhum pedido do membro Paulo Teixeira (UCPT).

Concluiu, referindo que o membro Paulo Teixeira (UCPT) pode sempre consultar o processo e tirar as suas dúvidas.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que os serviços municipais, por intermédio do Sr. Presidente da AM, deram resposta às questões colocadas pelo membro Paulo Teixeira (UCPT) sobre o edifício “Marmoiral”, pelo que este poderá consultar o processo.

Referiu que em relação à única pergunta que é nova, que está a ser cumprido o prazo que foi dado pelo “TAF – Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel” ao Município para dar resposta.

Informou que os “Serviços Sociais, Culturais e Desportivos dos Trabalhadores da Câmara Municipal” são uma associação independente da autarquia. Disse que a associação comunicou à Câmara Municipal que não estava interessada em assegurar as componentes de apoio educativo no atual ano letivo, continuando a explorar o bar da Câmara Municipal, não sabendo responder sobre o que será o futuro da instituição.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para referir que o Sr. Presidente da Câmara nada disse sobre a sugestão da teleconsulta, mas que certamente terá isso em devida conta.

Deu nota que se bem percebeu recentemente, ou hoje, terá chegado um parecer que o próprio particular terá junto ao processo. Disse que se foi assim, perguntou se é normal ser o particular e não quem adjudica o serviço a certificar-se

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do membro Rocha Pereira (GMPS) para dizer que aquela questão já tinha sido colocada.



O membro Rocha Pereira (GMPS) respondeu que não houve resposta, tendo também perguntado se o documento foi assinado antes porque é que hoje foi junto o parecer.

Sobre as bolsas de estudo, disse que ficou sem perceber se foi aberto, ou não, algum inquérito. Disse que o Sr. Presidente da Câmara referiu que o processo estava devidamente instruído, mas se estava tudo bem porque é que a Câmara Municipal foi agora oficializar os Bombeiros e estar à espera de que deem uma resposta, questionou.

O Sr. Presidente da Câmara reiterou o que disse anteriormente sobre o contrato celebrado com o membro João Vieira (GMMPM) em consonância, também, com a explicação que também foi dada pela Vereadora Liliana Vieira.

Sobre as bolsas de estudo, acrescentou que a comunicação social aventou a eventual ilegalidade num dos processos relativamente a uma declaração emitida pelos Bombeiros Voluntários, pelo que questionou aquela entidade sobre o conteúdo dessa declaração, se está correta ou se houve um lapso, estando a aguardar a resposta para determinar se vão, ou não, abrir um outro procedimento.

Relativamente às teleconsultas, disse que é um programa que está a ser desenvolvido pela Área Metropolitana do Porto, esperando que a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, que também já está a trabalhar nesse sentido, abra essa possibilidade a Castelo de Paiva. Referiu que havendo dois hospitais de referência na região, terá todo o interesse em que o programa seja implementado nas duas unidades de saúde do concelho.

4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que recebeu uma informação do Sr. Coordenador do grupo de trabalho “O Testamento do Conde de Castelo de Paiva” a dar nota que o grupo conta concluir os trabalhos durante o próximo mês de outubro.

Fls. 154

Disse que o grupo de trabalho deliberou por unanimidade solicitar ao Presidente da AM que logo que os trabalhos fiquem concluídos se agende uma sessão extraordinária da AM para debater o tema, tendo já respondido ao Sr. Coordenador que dada a unanimidade da deliberação, e uma vez que os membros do grupo de trabalho representam a própria Assembleia, quando receber o relatório final irá convocar a sessão extraordinária para o discutir.

Informou que a sessão se irá realizar, previsivelmente, em outubro.

Deliberação: A AM tomou conhecimento

Período de Intervenção do Público

5. Intervenção do Público

O munícipe José Adelino Nunes, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dizer que o dia 26 de setembro encerra duas datas históricas para o concelho: a primeira eleição de um executivo municipal que tem grupos independentes, a segunda, que faz 20 anos que a Quinta da Boavista foi classificada como monumento de interesse público.

Referindo-se à toponímia do concelho, disse que em Sobrado ainda há muitas ruas nas quais ainda não foram colocadas as placas com o nome.

Defendeu que os estudos elaborados pela Comissão de Toponímia deviam estar publicados e ser do conhecimento dos Paivenses.

Referiu que há um lugar em Sobrado denominado Casal, onde morou Joaquim da Silva, antigo eletricista da Câmara Municipal, homenageado por associações concelhias. Disse que os moradores do lugar ficaram surpreendidos quando souberam que o nome a atribuir seria Henrique Quintela Damas, Rismos, esquecendo-se o nome Casal, ou seja, que os habitantes do lugar estão tristes com o nome atribuído.

Concluiu, questionando quantas vezes é que a Comissão de Acompanhamento da Saúde reuniu durante o presente ano.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que o processo da toponímia já foi aprovado em 2016, e que nessa altura, através do procedimento de consulta pública, os municípios tiveram a oportunidade de



intervir no processo, sendo que, no entanto, todas as intervenções são bem-vindas.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que a Comissão de Acompanhamento da Saúde já reuniu três vezes durante o presente ano.

O munícipe José Adelino Nunes pediu para intervir em defesa da honra, tendo feito menção a um documento que se refere a uma aprovação de uma alteração em 19 de maio de 2021 (entregou o documento ao Sr. Presidente da AM).

O Sr. Presidente da AM explicou que o documento se refere à alteração do Regulamento Municipal de Toponímia feita pelo anterior executivo municipal.

Explicou também que essa alteração não teve como objeto atribuir/alterar nomes de ruas, sendo que qualquer munícipe pode fazer sugestões de alteração aos topónimos que serão analisadas na comissão de topónimos.

Deliberação: A AM tomou conhecimento.

Período da Ordem do dia

6. Apreciação e deliberação - Proposta de Criação da Freguesia de Sobrado e da Freguesia de Bairros, através da desagregação da União de Freguesias de Sobrado e Bairros.

Presente um parecer emitido pela Câmara Municipal no âmbito do assunto em título acompanhado dos restantes documentos que compõem o processo, que ficarão arquivados na pasta anexa à presente ata.

O membro Rodrigo Pereira (GMMMP) usou da palavra para dizer que no processo não é feita referência à “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico e Cultural de Castelo de Paiva”, e que a “Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva” é mencionada em Bairros e não em Sobrado.

O membro Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para dizer que este ponto nem deveria vir a discussão, porque a reforma das freguesias não devia ter acontecido.

Realçou que o PS sempre foi contra a agregação de freguesias originada pela lei “Relvas”, trabalhada a régua e esquadro num gabinete por políticos sem conhecimento da realidade do país. Disse que uma agregação feita em centros urbanos como Porto e Lisboa não tem nada a ver com a agregação de duas, quatro freguesias em concelhos como Castelo de Paiva ou Cinfaes e Arouca.

Concluiu, referindo que o PS vai votar favoravelmente.

O membro Paulo Teixeira usou da palavra para dizer que nunca compreendeu esta agregação e que a população de Bairros também nunca a entendeu.

Salientou a unanimidade registada nas votações nos órgãos das freguesias e na Câmara Municipal, o consenso foi obtido de forma muito rápida.

Concluiu, referindo que nada tinha a opor à iniciativa (posição em nome pessoal).

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para, referindo-se à intervenção do membro Rodrigo Pereira (GMMPP), dizer que a sua intervenção ficará registada em ata, dado que não podem adicionar nada aos documentos.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade.

7. Apreciação e deliberação - Proposta de Criação da Freguesia de Raiva, da Freguesia de Pedrido e da Freguesia de Paraíso, através da desagregação da União de Freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso.

Presente um parecer emitido pela Câmara Municipal no âmbito do assunto em título acompanhado dos restantes documentos que compõem o processo, que ficarão arquivados na pasta anexa à presente ata.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que a intervenção que ia fazer era a título pessoal.

Questionou quem era ele, como democrata, para por em causa os pareceres que foram emitidos pela Junta e Assembleia de Freguesia, pelo que o seu voto será favorável, mas que tem um sentimento agriadoce: doce, porque a democracia vai funcionar, porque mesmo não tendo sido diretamente ouvido tem os seus representantes na Junta e na Assembleia de Freguesia,



mas não fica totalmente satisfeito dada a forma como as coisas foram feitas, sobretudo por respeito para com as pessoas no sentido de as elucidar sobre aquilo que está em discussão.

Salientou que tem pena que não tivesse havido dinâmica de debate na Raiva, em Pedorido e em Paraíso, porque era importante que houvesse um debate sobre a agregação para se saber se correu tudo bem, ou correu mal, quais as vantagens que esta experiência lhes trouxe, ou seja, que este voltar a trás “cego” não é o ideal.

Defendeu que este processo é diferente do processo da UF de Sobrado e Bairros, porque há um conjunto de empreendimentos a nível cultural, do emprego, a nível da saúde, a nível social, ou seja, que há algo de comum nas freguesias.

Deu o exemplo do hospital de Oliveira do Arda que nasceu como consequência das minas do Pejão e servia as três freguesias; a Cooperativa de Consumo do Pejão, que já faz parte do passado, que visava facilitar aos mineiros de Pedorido, de Oliveira do Arda, de Folgoso, do Pejão, etc., a compra de bens alimentares e outros; o antigo cinema da estação, que unia as pessoas; a Banda dos Mineiros do Pejão (ainda bem que se manteve); o Pejão Atlético Clube; os bairros sociais que foram construídos nas três freguesias; a estrada para o Fojo. Isto é, disse, há um conjunto de situações que agregam as pessoas naquela zona do concelho: se questionassem os antigos, acha que havia muitos que não reagiriam mal a que tivessem uma só freguesia.

Referiu que se esta realidade avançar vão passar a ter três Presidentes de Junta de Freguesia, mais restantes membros dos órgãos das freguesias, o que corresponde à criação de mais cargos políticos, que é do que os partidos gostam para colocar mais pessoas; maiores encargos para o erário público.

Chamou à atenção para o sério risco de não se conseguir manter no futuro o “Posto do Cidadão” em Oliveira do Arda.



Fls. 156

Questionou se aquele território vai perder o estatuto de território de baixa densidade e se vão manter-se os meios/transferências financeiras do Orçamento de Estado.

Reiterou que deveria ter havido debate, as pessoas deveriam ter sido ouvidas em referendo local depois de devidamente esclarecidas.

Concluiu, referindo que não ficaria surpreendido se a Assembleia da República solicitasse novos elementos, que tem algumas dúvidas que a pretensão seja validada.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou a palavra para dizer que há algumas incoerências nos documentos, designadamente, na ausência da menção de equipamentos em Pedorido.

Questionou como é que fica o caso de Celeirós relativamente aos limites das freguesias.

Realçou a votação por maioria ocorrida nos órgãos da União de Freguesias e a declaração de voto do Presidente da Assembleia de Freguesia, que faz uma declaração de voto em que sugere a realização de um referendo local. Referiu que ficou na dúvida porque é que há um texto que indica uma direção e no último parágrafo o sentido é favorável, sendo essa uma questão que gostaria de fazer (Presidente da UF não está na sessão).

Deu nota que o seu voto será favorável.

Concluiu, apelando ao Sr. Presidente da Câmara para ter em atenção a questão da baixa densidade, porque há pessoas que estão neste momento a ponderar investir no Couto Mineiro do Pejão.

O membro Paulo Vieira (UCPT) usou da palavra para dizer que se revia totalmente no conteúdo da intervenção dos membros Rocha Pereira (GMPS) e Paulo Teixeira (UCPT).

Referiu que a população não está totalmente esclarecida sobre os prós e os contras da desagregação, que ele próprio não está, pelo que o povo deveria ter sido ouvido com mais realismo.



O representante da União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso, Pedro Mendes, usou da palavra para realçar que não houve qualquer entrave ou atraso da União de Freguesias na tramitação do processo.

Defendeu que deveria ter sido agendada uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para debater este assunto.

Realçou que a Assembleia de Freguesia não questionou o parecer da Junta, tendo agradecido a intervenção do Vereador Ricardo Jorge nesse sentido.

Explicou que o parecer da Junta de Freguesia vai de encontro à proposta. Disse que há a parte política das intervenções do atual Presidente de Junta, da atual secretaria e do atual membro da Assembleia do Paraíso e depois a deliberação final, sendo assim que o parecer está estruturado.

Salientou o que está escrito no ponto 10 da proposta, referindo que perante aquilo que lá está escrito não podem mentir perante uma Assembleia de Freguesia, uma Assembleia Municipal e perante a Assembleia da República, têm de dizer qual é a realidade da União de Freguesias, designadamente, ao nível dos serviços prestados e a capacidade de investimento que tiveram.

Salientou também que não houve uma diminuição dos serviços prestados à população, dando o exemplo da criação do “Espaço do Cidadão” de Oliveira do Arda, a manutenção do “GIP – Gabinete de Inserção Profissional” e do posto dos “CTT – Correios de Portugal” em Pedorido.

Realçou que a União de Freguesias manteve o seu horário de funcionamento nas três freguesias.

Em relação aos equipamentos, deu nota da construção de duas casas mortuárias no espaço de oito anos.

Informou que o Presidente da Assembleia de Freguesia, aquando da realização da primeira sessão, quis fazer um referendo, quis fazer uma sessão de esclarecimento, tendo aquele órgão não ido para a frente com a ideia.

Fls. 157

Questionou se os membros da Assembleia Municipal têm consciência daquilo que vão votar, se vai ser melhor, ou não, para a população, porque este é um assunto muito sério.

Concluiu, referindo que este tema deveria ter sido debatido com a população.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que sempre foi a favor da manutenção das nove freguesias.

Salientou que mediante aquilo que ouviu nas intervenções anteriores ficou com muitas dúvidas sobre se querem, ou não, a desagregação das freguesias, porque do conteúdo da intervenção do Pedro Mendes ficou com a sensação de que a melhor solução para o Couto Mineiro é a agregação, apesar de proporem a desagregação.

Deu nota que a ideia que tem da campanha eleitoral é a de que 90% das pessoas queriam a desagregação, pelo que desafiou os representantes do Couto Mineiro a dizerem abertamente o que querem.

Concluiu, referindo que vai votar a favor, mas que ficou com sérias dúvidas.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que a AM só tem de dizer se é a favor ou é contra: foi-lhes apresentada uma proposta que seguiu todos os trâmites legais, cabendo-lhes agora deliberar independentemente de morarem, ou não, no Couto Mineiro.

Salientou que a proposta não é da Junta de Freguesia, é da Assembleia de Freguesia, e foi esse órgão que deliberou por maioria apoiar a criação da Freguesia da Raiva, da Freguesia de Pedorido e da Freguesia de Paraíso. Disse que a Assembleia Municipal não tem competência para devolver o documento a quem quer que seja a dizer que ainda há tempo para reappreciar o processo, o que vão é apreciar, e cada membro assume a sua responsabilidade na votação.

O membro Ângelo Soares (GMPS) usou da palavra para dizer que é a favor da desagregação porque às vezes não adianta ter muito dinheiro, mas sim haver mais proximidade à população.



O membro Carlos Trindade (GMPSD) usou da palavra para dizer que vão votar favoravelmente porque acreditam que os membros da Assembleia de Freguesia, que representam o povo, ponderaram, ouviram e decidiram.

Realçou que é um processo extenso e que não acredita que o tenham analisado de ânimo leve, pelo que têm confiança naquilo que lhes chegou que retrata a vontade do povo do Couto Mineiro.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) interveio novamente para perguntar ao representante da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso, Pedro Mendes, se na sua intervenção sugeriu a realização de uma AM extraordinária ou se a estava a requerer.

O membro Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para dizer que se regozijava com a posição do membro Carlos Trindade (GMPSD), uma vez que esta é uma lei da autoria do PSD e que não se podem esquecer de uma intervenção do Sr. Presidente da AM numa Assembleia Municipal na qual se pronunciou a favor da agregação.

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para dizer que não se revê no conteúdo da intervenção do membro Fátima Strecht (GMPS), porque o PSD sempre foi contra a agregação das freguesias.

O Sr. Presidente da AM pediu a palavra para intervir no púlpito porque foi visado na intervenção do membro Fátima Strecht (GMPS).

Esclareceu que o que disse na dita sessão da AM, no período de intervenção do público, foi muito diferente do que foi dito pelo membro Fátima Strecht (GMPS). Referiu que o que disse foi que tinham duas oportunidades: sabendo que a lei não ia ser revogada e que a agregação das freguesias ia acontecer, eram dadas duas oportunidades aos municípios, ou seja, ou os membros da AM escolhiam a agregação que queriam fazer, as freguesias que queria agregar, e com isso tinham uma redução de 25% das freguesias a agregar, por exemplo só agregar o Couto Mineiro, com a vantagem que se fosse por vontade da AM o orçamento era duplicado no primeiro mandato. Disse que foi essa a sua intervenção, não disse que era a

Fls. 158

favor, mas sim que dada a fatalidade do avanço da agregação, que fossem os membros da AM a ter a coragem de dizer o que queriam agregar.

Salientou que nunca concordou com a lei e disse-o na AM, mas houve a oportunidade de os Municípios não deixarem que o Governo a fizesse a “réguia e esquadro”. Disse que os membros da altura é que legitimamente não exercearam essa opção.

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) interveio novamente para dizer que queria deixar claro que sempre foram contra a agregação de freguesias.

Deu nota que a discussão foi feita em três sessões da Assembleia de Freguesia e foram poucos os membros da AM que estiveram nessas sessões. Disse que esteve presente, porque é a sua freguesia, pelo que quando falam em falta de informação deveriam ter ido assistir a essas sessões e perceber o que é que os membros discutiram.

O Sr. Presidente da AM interveio novamente para dizer que contrariamente ao que a lei exige às Assembleias de Freguesia, que são obrigadas a convocar uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia específica para este tema, isso não acontece para as Assembleias Municipais. Disse que poderia ter agendado uma sessão extraordinária da AM para debater este tema, mas que não foi esse o entendimento a que chegaram.

Deliberação: Apreciada e aprovada por maioria com uma abstenção do membro Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT).

O membro Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT) ausentou-se da sessão.

8. Descentralização de competências no domínio da educação – Contratos interadministrativos de delegação de competências – Ano letivo 2022/2023.

8.1. Apreciação e deliberação - Proposta de celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências com os Agrupamentos de Escolas de Castelo de Paiva.

Presente uma proposta da Câmara Municipal que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.



O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que em ambos os contratos, no segundo parágrafo, é dito, e citou "... para tal celebrou com a Diretora do Agrupamento ...". Disse que acha que o contrato é celebrado com o Agrupamento, que é representado pela Diretora, porque esta pode estar suspensa (nos concelhos à volta não há estes considerandos).

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o contrato será celebrado com cada um dos Agrupamentos de Escolas e com quem estiver a representar a direção de um ou de outro agrupamento.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) insistiu que acha que a palavra "diretora" está a mais.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o membro Paulo Teixeira se estava a referir ao texto da fundamentação, e esse está correto.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade.

8.2. Apreciação e deliberação - Minutas dos contratos.

Deliberação: Apreciadas e aprovadas por unanimidade.

9. Apreciação e deliberação – Proposta de Constituição de Associação de Direito Privado – Douro, Tâmega e Sousa Invest.

Retirado da ordem de trabalhos.

10. Apreciação e deliberação - Certificação Legal de Contas nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Exercícios Económicos 2022/2023/2024 – Nomeação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Presente uma proposta da Câmara Municipal que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

O Sr. Presidente da Câmara deu uma breve explicação relativamente a este ponto, em consonância com o conteúdo da proposta.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) perguntou se foi aberto concurso público?

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que se adjudicou à empresa em causa após consulta efetuada ao mercado.

Fls. 159

Deliberação: Deliberado por maioria com a abstenção do membro Rodrigo António Joaquina Pereira (GMMMP) nomear como auditor externo do Município a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Carmo e Cerqueira, SROC, Lda.”, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua redação atual.

11. Apreciação e deliberação - Relatório de execução orçamental do 1.º Semestre de 2022.

Presente o relatório em título que ficará arquivado na pasta anexa à presente ata.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para se congratular por finalmente ver num documento público a expressão “presente envenenado” ser usada relativamente à delegação de competências na área da educação, algo que já diz há muitos anos. Disse que há despesas a ser suportadas pelo Município que não estão contempladas nas transferências, nomeadamente, os seguros de acidentes de trabalho.

Deliberação: Apreciado e aprovado por maioria com 10 abstenções do GMPS.

12. Apreciação e deliberação - Proposta de Alteração do PDM - Artigo 118º - Prorrogação de prazo.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que o relatório da fundamentação não está assinado pelo Diretor de Departamento.

Sugeriu que a Câmara Municipal faça a divulgação do documento nas Juntas e Assembleias de Freguesia, junto dos párocos para ser lido nas missas, no site da Câmara Municipal e nos meios de comunicação social.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que já aquando da aprovação do novo “PDM – Plano Diretor Municipal” houve um período de um ano para que todos os que possam ter alguma irregularidade nas suas construções/habitações tenham a oportunidade de a corrigir e legalizar essas construções. Disse que na altura, também em função da pandemia, houve



muita gente que não teve conhecimento deste mecanismo, pelo que os serviços entenderam que deveria ser prolongado o prazo.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade.

13. Apreciação e deliberação – Plano Municipal para a Igualdade de Género.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que a sua intervenção se referia a este ponto e também ao ponto 14.

Saudou a Dra. Andreia Gomes e todos os técnicos que elaboraram os documentos, tendo-lhes proposto um voto de louvor e reconhecimento.

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para dizer que subscrevia o conteúdo da intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT), referindo que votarão a favor do voto de louvor e reconhecimento proposto. Disse que não comprehende que a Câmara Municipal não tenha um código de conduta contra o assédio moral e sexual no local de trabalho, e que nem sempre seja adotada uma linguagem neutra e inclusiva nos documentos oficiais da autarquia nem nos meios de comunicação adotados pelo Município para a comunicação interna e externa.

Salientou o fato curioso de num relatório para a igualdade de género de uma comissão composta por doze elementos, três são homens.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para se associar ao voto de louvor e reconhecimento proposto à Dra. Andreia Gomes, à técnica externa, Dra. Sandra Neves, bem como a toda a restante equipa de trabalho.

O Sr. Presidente da AM colocou à votação o voto de louvor e reconhecimento proposto à Dra. Andreia Gomes, à técnica externa, Dra. Sandra Neves, e a toda a restante equipa de trabalho, tendo sido aprovado por unanimidade.

Deliberação: Apreciado e aprovado por unanimidade.

14. Apreciação e deliberação – Relatório de diagnóstico da Igualdade de Género e não discriminação.

Deliberação: Apreciado e aprovado por unanimidade.



*Anabela
Enshma Vieira*

15. Apreciação e deliberação – Criação de Comissão para “Apreciação de Proposta de Alteração ao Regimento”.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que este ponto foi agendado no seguimento de uma proposta de alteração ao Regimento apresentada pelo líder do GMMPM e subscrita pelos membros do UCPT. Deu nota que o Regimento refere que é admitida a proposta subscrita por um mínimo de seis membros, e que deve ser criada uma comissão para analisar essa proposta, dai a deliberação que se pretende tomar.

Informou que o Regimento também diz que aquando da criação de uma comissão deve ser proposta a sua constituição e o prazo de atuação, pelo que propunha que seja constituída uma comissão constituída por quatro membros, um de cada GM e um do UCPT, representando o membro indicado pelo GMPSD 11 votos, o membro indicado pelo GMPS 10 votos, o membro indicado pelo GMMPM 4 votos e o membro indicado pelo UCPT 2 votos; que a comissão, para além da reunião da tomada de posse, possa ter mais três reuniões; que a comissão, antes de apresentar a versão final da proposta de alteração deve consultar todos os membros da AM através dos seus representantes; que fica a cargo dos membros da comissão a elaboração das atas das reuniões, salvo da primeira que ficará a cargo do Presidente da AM; que qualquer pedido de requisição de meios deve ser feito através do Presidente da AM; que a comissão terá 30 dias, podendo-se discutir se é pouco, ou não, após a tomada de posse, para apresentar o relatório final; que o relatório final deve ser apreciado em sessão ordinária da AM seguinte à sua receção, salvo se a comissão determinar algo diferente; que o relatório final deve conter, no mínimo, a cópia da ata com a deliberação da comissão, a proposta com os artigos do Regimento alterados, a eliminar ou a acrescentar e respetiva correção final, e uma redação completa do Regimento com as propostas integradas; que com a exceção da ata, o relatório final deve ser dirigido ao Presidente da AM por e-mail, sem prejuízo de poder ser enviado de outra forma a determinar pela comissão.



Fls. _____

Conclui, referindo que esta era a proposta que fazia, tendo-a de seguido colocado à discussão.

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para dizer que o Regimento da AM, no artigo 61.º, n.º 2, fala na criação de uma comissão, mas nada refere relativamente à proposta apresentada pelo Sr. Presidente da AM, pelo que esta acaba por ser uma proposta para validar a sua proposta de alteração, questionou.

Defendeu que se está a criar um problema para que o folhetim do Regimento perdure, porque para uma coisa que pode ser simples de tratar não seria necessário todo o formalismo que o Sr. Presidente da AM está a exigir para que a alteração do Regimento fosse feita.

Referiu que mesmo fazendo o trabalho da forma como é proposta pelo Sr. Presidente da AM, a alteração proposta vai acabar na exigência de 2/3 para a sua aprovação, porque mesmo que o PS concorde com as alterações, a sua soma com os membros do GMMPPM e do UCPT não permite a sua aprovação.

Realçou que a criação da comissão corresponde a mais uma despesa, porque os seus membros vão ter direito a senhas de presença, quando a situação seria mais simples de resolver.

Propôs que se pegasse no Regimento antigo e fizessem as correções propostas sem ir pelo caminho apontado pelo Sr. Presidente da AM, mas sim fazendo já tudo de imediato.

O Sr. Presidente da AM respondeu que o Regimento é claro, isto é, refere no artigo 61.º, e citou: “O presente Regimento, no todo ou em qualquer das suas normas, pode ser alterado pela AM por proposta de um quinto dos seus membros”, referindo que este requisito foi cumprido, e que, citou novamente: “Admitida qualquer proposta de alteração, a sua apreciação é feita por uma comissão expressamente criada para o efeito”, pelo que o Presidente da AM não pode ir contra o Regimento.

Salientou que não estão a apreciar qualquer alteração ao Regimento, mas sim a criar a comissão que o Regimento manda. Disse que a AM tem

Fls. 161

competência para criar comissões e deve definir a constituição e o prazo em que ela funciona.

Referiu que no decurso do funcionamento da comissão podem surgir outras propostas, porque o Regimento não se altera de ânimo leve, não é chegar aqui com uma proposta que não foi discutida pela AM e propor que se vote a favor ou contra, daí o Regimento prever, e bem, que sempre que alguém faça uma proposta ela seja discutida por toda a AM através de uma comissão. Enfatizou que é isso que está a propor de modo a facilitar o funcionamento da comissão.

Conclui, referindo não ver nada na sua proposta que seja para obstaculizar, muito pelo contrário, é para simplificar, estando aberto à apresentação de novas propostas para apreciação e votação.

O membro Jorge Quintas (GMMPP) interveio novamente para dizer que o que diz no Regimento é que será criada uma comissão, pressupondo que essa comissão é para avaliar se a proposta que é feita de alteração do Regimento está em conformidade.

Realçou que fará muito gosto em que a comissão seja empossada pelo Sr. Presidente da AM, entende que o seja, mas que isso não está previsto no Regimento, que podia estar previsto que poderia ser delegado no Secretário da Mesa.

Deu nota que o Sr. Presidente da AM referiu que a comissão pode alterar a proposta. Disse que não, que a comissão não vai alterar a proposta dos subscritores, não vai ser alterada.

Propôs que se criasse uma comissão com quatro elementos que reuniria de imediato.

Em relação à questão da votação, disse que a interpretação da representatividade dos votos do Sr. Presidente da AM não está correta, porque não se pode votar por outro elemento, dado que cada um tem um voto e é livre de se expressar como entender.

O Sr. Presidente da AM esclareceu que o artigo 29.º do Regimento (funcionamento das assembleias) dispõe que, e citou: “Compete ao



Presidente da AM convocar a primeira reunião e empossar os seus membros”.

Questionou se há alguma proposta diferente daquela que apresentou para se criar a comissão.

Reiterou o conteúdo da sua proposta, e que não pode apreciar na sessão de hoje uma proposta de alteração, porque isso vai contra o Regimento.

O membro José António Rocha (GMPS) usou da palavra para dizer que há uma proposta para criar uma comissão, tendo perguntado se uma vez criada a comissão e surgir mais alguma proposta, se esta pode ser discutida pela comissão?

O Sr. Presidente da AM respondeu que na sua interpretação a comissão que terão obrigatoriamente de criar pode aceitar, no espírito até que foi dado pelo Regimento ao criar a norma. Disse que estando aberta a discussão de alteração de propostas, estas possam ser discutidas por todos os membros e poder, eventualmente, acrescentar outras propostas, porque senão a comissão era tida como inútil.

Vincou que esta era a sua apreciação.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para perguntar se é para indicar já um membro de cada partido e movimento de cidadãos ou poderão comunicar à Mesa num prazo de, por exemplo, três dias?

Em relação ao prazo de funcionamento da comissão e a apresentação de relatório, disse que se pode dar uma linguagem ao texto que não torne imperativo o prazo de 30 dias.

Realçou que os termos em que está feita a redação deste ponto leva-o a concluir que aquilo que deve ser feito é exclusivamente a análise da proposta apresentada, achando, no entanto, que isso é muito redutor, não promovendo a criatividade que resultar da discussão dos quatro membros. Disse que deveriam ter uma perspetiva mais alargada no sentido de a comissão ir mais além daquilo que é proposto.

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do membro Rocha Pereira (GMPS) para referir que na convocatória diz, e citou: “Criação de



Fls. 162

Anabela
Enshuna
Fábia
Vieira

Comissão para “Apreciação de Proposta de Alteração ao Regimento”, ou seja, não diz que é para aquela proposta, precisamente para dar essa abertura, tendo vincado que a comissão decidirá.

O membro Rocha Pereira (GMPS) retomou a sua intervenção para dizer que chamou à atenção justamente para que tudo fique devidamente clarificado.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) usou da palavra para dizer que discordava do Sr. Presidente da AM, porque a redação dada ao n.º 2 do artigo 61.º do Regimento é clara, ou seja, foi feita uma proposta, dispondo aquele documento que para qualquer alteração tem de ser criada uma comissão que tem de analisar essa proposta. Disse que não podem alterar a proposta, tal como a comissão também não o pode fazer, seja ela uma ou mais, podendo admitir da análise que faz da norma que, no limite, quem apresentou a proposta se quiser apresentar uma nova redação ao texto, é de admitir, dado que fora isso é extravasar tudo aquilo que está contido na norma.

Salientou que afinal o Regimento não é tão mau quanto o diziam ser, o que não entende, e que afinal, conclusão sua e não do GMPSD, no processo de alteração do Regimento era muito mais aquilo que os unia do que aquilo que os separava, ou seja, se calhar o Regimento apresentado pela Mesa satisfaz os interesses de todos os partidos e dos movimentos de cidadãos.

O membro Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para dizer que concordava com conteúdo da intervenção do membro Filipe Trindade (GMPSD).

Deu nota que na sua opinião o que vem hoje para deliberação é apenas se votam favoravelmente, ou não, a criação de uma comissão para analisar a proposta apresentada.

O Sr. Presidente da AM reiterou que estão a criar uma comissão para apreciação de uma proposta de alteração ao Regimento.



Reiterou também que a comissão criada é que vai decidir se aceita, ou não propostas, se vai fazer alterações, ou não, porque os respetivos membros representam 100% da AM, sendo esta soberana.

Salientou que já foi apresentada uma proposta relativamente ao prazo de funcionamento da comissão, sendo que se a comissão necessitar de uma prorrogação do prazo de 30 dias que propõe, assume que o prorrogará. Reiterou, no restante, o conteúdo da proposta que apresentou, tendo perguntado se há alguma alteração a essa proposta.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) interveio novamente para insistir na sua interpretação n.º 2 do artigo 61.º do Regimento, designadamente, que a comissão não tem de ser criada de imediato.

Propôs que se vote se vão, ou não, criar uma comissão, admitida que está a proposta pela Mesa e, posteriormente, procedem à sua constituição.

O Sr. Presidente da AM reiterou o conteúdo da sua anterior intervenção.

Foi feito um intervalo de cinco minutos por solicitação do membro Carlos Trindade (GMPSD).

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente da AM relembrhou o objeto da deliberação que se pretende tomar.

O membro Fátima Strecht (GMPS) interveio novamente para propor que hoje se votasse o que está literalmente no ponto, ou seja, a criação de uma comissão para analisar a proposta de alteração ao Regimento, e viria à próxima AM a constituição da comissão, porque não é isso que está na ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente da AM respondeu que a proposta do membro Fátima Strecht (GMPS) estava indeferida, não é regimentalmente aceite, porque quando se cria uma comissão têm de se dizer qual é a sua composição, o seu prazo e os seus objetivos. Disse que só a AM pode dizer quantos membros é que compõem a comissão.

Referiu que a proposta do membro Fátima Strecht (GMPS) não fazia sentido, porque se criava hoje uma comissão e só passados dois meses é

que se escolhiam os seus membros sem que ela pudesse reunir durante esse período, dai ter sido indeferida.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para questionar se estavam a deliberar a constituição de um grupo de trabalho para analisar a proposta dos dois movimentos de independentes, apenas e só a proposta que chegou à Mesa?

O Sr. Presidente da AM respondeu que salvo melhor opinião, aquela era uma interpretação que a comissão terá de fazer, tendo já expresso a sua opinião que, pelos vistos, não é unânime.

Defendeu que a maioria dos membros da comissão podem deliberar que só se deve pronunciar sobre a proposta, ou se aceita outras propostas.

O membro Manuel Mendes (GMPS) interveio novamente para dizer que o grupo de trabalho tem como objeto de trabalho o documento que existe, e se for este o sentido terá a aprovação do GMPS, porque se o Sr. Presidente da AM quisesse ser mais abrangente tinha feito outra redação ao ponto.

O Sr. Presidente da AM reiterou o que disse anteriormente.

O membro Rocha Pereira (GMPS) perguntou ao PSD e ao PS se vão integrar uma comissão e não têm propostas para entregar sobre a alteração do Regimento?

O membro Rodrigo Pereira (GMMPPM) usou da palavra para dizer que a comissão a criar é só para apreciar a proposta que foi apresentada pelo GMMPPM e pelo UCPT, sem a poder alterar.

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) interveio novamente para dizer que o que está em causa é a resolução de um problema, não podendo permitir que uma proposta que partiu de si e que mereceu a concordância dos subscritores seja alterada por uma comissão. Disse que a comissão só vai aferir da legalidade da alteração ao Regimento.

O Sr. Presidente da AM referiu que como não houve nenhuma proposta de alteração à proposta que apresentou para a criação da comissão, que a ia colocar à votação.



Deliberação: Deliberado por maioria com um voto contra do GMPS e 24 abstenções rejeitar a criação da Comissão para “Apreciação de Proposta de Alteração ao Regimento”

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) apresentou a seguinte declaração de voto:

“– Quero ver se tenho o engenho para fazer uma declaração de voto que coincida com uma pergunta.

Uma proposta que ninguém sabe o que era, se era proposta ou se não era, foi submetida à votação. Houve um voto contra e o resto foram abstenções. Pressuponho que quem se absteve não sabe o que é que se estava a votar, porque não foi claro o que era a proposta.”

O Sr. Presidente da AM perguntou ao membro Jorge Quintas (GMMPPM) se estava a propor que fosse repetida a votação?

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) respondeu que estava a propor que o Sr. Presidente da AM seja claro em relação à proposta que votarem: se a proposta for a criação de uma comissão com quatro elementos, que isso é pacífico.

O Sr. Presidente da AM perguntou novamente ao membro Jorge Quintas (GMMPPM) se estava a propor que fosse repetida a votação?

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) respondeu que se a proposta apresentada é só para a criação da comissão para analisar a legalidade da proposta de alteração ao Regimento, que tudo estava bem, mas sem acrescentar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da AM, e sem que a comissão possa alterar a proposta de alteração.

O Sr. Presidente da AM respondeu que a comissão é que irá deliberar sobre isso.

Referiu que a sua proposta de criação da comissão já foi votada e chumbada, tendo salientado que bastava que os proponentes da proposta de alteração do Regimento votassem a favor para que a comissão tivesse sido criada, mas abstiveram-se.

*Presidente
Eduardo
Fernanda Vieira*

Realçou que se há algum membro que iniciada a votação, apesar de achar que o fez de forma conveniente, achar que não se apercebeu do que estava a votar, basta que venha pedir à AM para se repetir a votação. Disse que se a maioria da AM achar que se deve repetir a votação, repetem, caso contrário está o assunto encerrado.

Concluiu, questionando que alguém tinha uma proposta para a repetição da votação.

O membro Rodrigo Pereira (GMMPM) interveio novamente para propor que votem uma nova proposta que corresponda ao texto do ponto inserto na convocatória, ou seja, só querem que seja criada uma comissão sem as condições referidas pelo Sr. Presidente da AM. Disse que depois de criada, será esta a resolver a questão da alteração ao Regimento.

O Sr. Presidente da AM disse que ainda não viu nenhuma proposta para se repetir a votação.

O membro José António Rocha (GMPS) interveio novamente para dizer que o Sr. Presidente da AM deu a oportunidade para ser repetida a votação, pelo que se devem limitar a isso.

O Sr. Presidente da AM perguntou se alguém propunha a repetição da votação?

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou novamente a palavra para dizer que o Sr. Presidente da AM propôs a criação de uma comissão, tendo perguntado se se trata só da criação dessa comissão, dado que o Sr. Presidente da AM disse mais do que isso?

Disse que só aceita a deliberação sobre a criação de uma comissão e que depois o resto se verá.

O Sr. Presidente da AM respondeu que o que foi votado e chumbado com um voto contra e restantes abstenções, foi a criação da comissão constituída por quatro membros, um de cada GM e um do UCPT; que a comissão, para além da reunião da tomada de posse, possa ter mais três reuniões; que a comissão terá 30 dias, após a tomada de posse, para apresentar o relatório final. Disse que chumbada a criação da comissão o ponto estava encerrado,



mas que mesmo assim dava a oportunidade à AM de repetir a votação. Não tendo havido manifestação de vontade da AM nesse sentido, deu o ponto por encerrado.

16. Informação para apreciação e conhecimento da AM:

16.1. Compromissos Plurianuais – 2.º Trimestre de 2022.

Deliberação: A AM tomou conhecimento.

16.2. Segunda correção material ao PDM – Plano Diretor Municipal.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que se constata hoje que o “PDM – Plano Diretor Municipal”, apesar de ter sido aprovado pela maioria dos votos do PS e a abstenção do PSD, foi realizado à pressa sem o devido escrutínio público e político. Disse que foi essa pressa que originou os erros quer da parte escrita, quer nas plantas do plano, que hoje se conhecem e colocam em causa direitos adquiridos pelos particulares afetados, nomeadamente, o direito a construir.

Relativamente aos documentos que lhes foram enviados, disse que a informação da Chefe de Divisão de 17 de setembro de 2022 tem somente um visto, algo de que nunca se tinha apercebido, porque o Diretor de Departamento tem de emitir despacho de concordância, ou não, com aquilo que a Chefe de Divisão faz.

Deu nota que ficou estupefacto ao assistir à discussão deste ponto na reunião de Câmara. Disse que o Sr. Presidente da Câmara abriu o ponto, disse do que se tratava e colocou logo de seguida à votação, isto é, não foi colocada qualquer questão sobre um ponto que tinha sete subpontos importantíssimos.

Realçou que o “PDM – Plano Diretor Municipal” foi aprovado sem considerar os loteamentos aprovados, o que considerou inadmissível.

Deu nota que se socorrendo da ata da reunião de 16 de junho de 2021 em que se fez a primeira correção material do “PDM – Plano Diretor Municipal”, disse que mantinha como válidas as razões que o levaram a intervir como público na AM de 4 de novembro de 2020 quando disse que estavam a aprovar um documento à pressa, que este continha muitos erros e



Fls. 165

que a AM aprovou um “PDM – Plano Diretor Municipal” sem ter acesso ao relatório das ponderações. Disse que a, à data, Vereadora Vanessa Pereira (GMPSD) também perguntou se o relatório de ponderações não tinha de vir à AM, e que todos os membros da AM aprovaram o “PDM – Plano Diretor Municipal” sem terem analisado aquele relatório.

Informou que na reunião de Câmara realizada no dia 14 de junho de 2021, a uma pergunta da, à data, Vereadora Vanessa Pereira (GMPSD) sobre a razão das correções apenas virem naquela altura, o Diretor de Departamento respondeu que tal decorreu da participação dos particulares que deram conta dos erros, e do trabalho exaustivo que os serviços fizeram para verificar o que era necessário corrigir. Disse que pelos vistos aquele apuramento dos factos não foi suficiente.

Referiu que acha que vão haver mais correções materiais, tendo perguntado ao Sr. Presidente da Câmara se os serviços lhe disseram porque é que desconsideraram essas correções na primeira versão do “PDM – Plano Diretor Municipal”; o que é que pode ser implementado para evitar situações destas em futuras revisões; se têm no Município os sistemas informáticos e digitais suficientes para realizar este trabalho.

Concluiu, dizendo que o “PDM – Plano Diretor Municipal” foi aprovado sem Carta Educativa e sem Carta Arqueológica, tendo perguntado quando é que terão aqueles dois documentos para anexar ao “PDM – Plano Diretor Municipal”.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para explicar que aquando da elaboração do “PDM – Plano Diretor Municipal”, houve vários loteamentos que já estavam aprovados não foram ali tidos em conta. Disse que nesta segunda correção material do “PDM – Plano Diretor Municipal”, têm dois loteamentos em Curvite e em Fornos que não foram considerados, que têm parecer favorável da “CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte”, bem como duas alterações a duas linhas de água com parecer favorável da “APA – Agência Portuguesa do Ambiente”.



Confirmou que haverá mais correções materiais, porque na altura da elaboração do “PDM – Plano Diretor Municipal” não se detetaram loteamentos ou, por erros de transcrição, as linhas de água. Concluiu, informando que o Município já está munido de cartografia digital.

Deliberação: A AM tomou conhecimento.

16.3. Primeira alteração carta estrutural perigosidade incêndio rural.

Deliberação: A AM tomou conhecimento.

Período de Intervenção do Público

17. Intervenção do Público.

O Sr. Presidente da AM perguntou se alguém queria falar neste ponto.

O membro Fátima Strecht (GMPS) respondeu que sim, que queria.

O Sr. Presidente da AM respondeu que achava que não era tolerável, apesar de lhe ir dar a palavra para intervir, que um membro da AM, depois de seis horas de Assembleia Municipal

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) interrompeu a intervenção do Sr. Presidente da AM para dizer que preza os direitos democráticos, pelo que se sentiam obrigados a retirar mediante as atitudes que o Sr. Presidente da AM está a tomar, sem respeito pelos direitos dos eleitos

O Sr. Presidente da AM tirou a palavra ao membro Jorge Quintas (GMMPPM), repetindo que ia dar a palavra aos membros da AM que querem falar neste período, mas que acha que depois de tanta discussão é caricato que ainda tenham alguma coisa a dizer neste período destinado ao público.

A munícipe Fátima Strecht usou da palavra para dizer que relativamente à ampliação do cemitério de Sobrado, que foi colocada há algum tempo uma placa com o prazo da execução da obra, tendo também sido cortadas as árvores que arderam no incêndio de 2017, mas que depois disso mais nada foi feito.

Referiu que o Sr. Vice-Presidente da Câmara terá dito a algumas pessoas que a obra ainda não avançou porque haverá um desentendimento entre a



Fls. 166

Câmara Municipal e o proprietário, ou proprietários, quanto à cedência de uma pequena construção que existe paredes meias com o cemitério, podendo, eventualmente, ter de se recorrer à expropriação, tendo perguntado se isso tem algum fundamento e, se sim, porque é que não se acautelou primeiro que o terreno necessário para a execução da obra estivesse na posse do Município.

Deu nota que não ficou esclarecida em relação à situação das bolsas de estudo. Informou que ouviu na rádio que a Vereadora Liliana Vieira disse em reunião de Câmara que teria instaurado um inquérito para apuramento dos factos, tendo perguntado se é verdade que esse inquérito foi aberto e quem é o instrutor. Referiu que hoje a Vereadora Liliana Vieira não disse isso, mas sim que pediu esclarecimentos aos Bombeiros Voluntários, tendo pedido um esclarecimento.

O munícipe Carlos Novais, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dar os parabéns ao executivo pela aplicação das lombas na Rua 25 de Abril e na rua das escolas.

Perguntou se o executivo vai tomar alguma iniciativa para que as crianças tentem apanhar o mínimo de chuva ao deslocarem-se para o interior da escola EB2/3?

Deu nota que o início do ano letivo não correu bem naquela escola na parte relativa à gestão das componentes de apoio educativo por parte das duas IPSS a quem o serviço está entregue, designadamente, na articulação entre as duas entidades e na comunicação com os pais.

Referiu que um mês após o início das aulas a “Associação de Solidariedade Social de Bairros “Os Cucos” faz o transporte de crianças, enquanto o “Centro Social de Sardoura” ainda não o faz, criando uma situação de desigualdade entre as turmas do pré-escolar que gostaria de ver resolvida.

Informou que anda a correr um abaixo-assinado que vai ser entregue às duas IPSS relativamente ao aumento do custo anunciado para o prolongamento da manhã de 5,00€ para 10,00€, com o argumento de que teria havido um erro.



Perguntou se o Município cria algum tipo de “balizas” às IPSS relativamente aos preços ou se são aquelas a defini-los?

Deu nota que o concelho recebe muitos trabalhadores oriundos de outros países que são muito bem-vindos. Disse que continuam a existir relatos que muitos deles continuam a viver em condições indignas, em habitações que nem sequer estão licenciadas para tal, pelo que perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se tinha conhecimento disso.

Deu também nota de relatos relativos à falta de manutenção do percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”, designadamente, as estruturas de madeira que simbolizam um barco sobre o rio, tendo perguntado se há, ou foi prevista, a sua manutenção.

Referindo-se ao percurso “Paivapé”, perguntou quem é o responsável pela sua manutenção.

O munícipe José António Rocha usou da palavra para dizer que a sua intervenção tinha a ver com a intervenção do Sr. Presidente da AM a propósito da agregação e desagregação de freguesias, dado que nessa altura não estava na sala e não ouviu a totalidade da intervenção para então poder intervir.

Deu nota que a lei é de 2012 e que o PSD de Castelo de Paiva foi totalmente a favor dela, tendo recomendado ao Sr. Presidente da AM a leitura da ata em que o assunto foi discutido na AM.

Realçou que o PS local sempre foi contra qualquer agregação.

Referiu que o Sr. Presidente da AM na altura não era membro da Assembleia Municipal, mas sim o Presidente da Comissão Política do PSD, e fez uma intervenção na AM no período de intervenção do público, na qual defendeu a lei, dizendo que se Castelo de Paiva apresentasse uma proposta, que poderia ser que apenas reduzisse duas freguesias.

Reiterou que o PS foi contra a agregação e o PSD defendeu a lei e a questão dessas duas freguesias.



Fls. 167

Concluiu, recordando que na altura o PSD tinha maioria na AM, pelo que se era essa a posição na altura, deveria ter feito uma proposta e reduzia a apenas duas freguesias.

O Sr. Presidente respondeu que recomendava ao Senhor José António Rocha que lesse a sua intervenção quando tivessem a ata reproduzida para ficar a perceber o que disse, uma vez que ele não estava na sala quando interveio.

Realçou que não referiu nada daquilo que o Senhor José António Rocha disse que ele disse.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que em relação ao alargamento do cemitério de Sobrado, que a obra foi adjudicada em terrenos do Município, havendo apenas uma questão que está a ser tratada entre os serviços municipais e o empreiteiro relativa a uma terraplanagem. Em relação às bolsas de estudo, reiterou o que tinha dito sobre o assunto na sua intervenção no ponto 3.

Referindo-se à intervenção no membro Carlos Novais, respondeu que tanto o prolongamento de horário como a questão dos transportes (pré-escolar) não são da responsabilidade da Câmara Municipal, ou seja, é um serviço extra que é prestado pelas IPSS em causa.

A sessão foi encerrada às 3:00 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no nº.3, do artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente,

O 1º. Secretário, em exercício,

Enshiana Sofia Martins Vieira

A 2ª. Secretária,

Aica Navegundas Pinto da Rocha

